

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.362 - PR (2019/0004221-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **EVONI MIRON KNACK**  
**ADVOGADO** : **CLÓVIS PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S) - PR016746**  
**AGRAVANTE** : **VALDIRENE APARECIDA DIAS MOURA**  
**AGRAVANTE** : **IRAI APARECIDO DE AZEVEDO DE MOURA**  
**ADVOGADO** : **HYON JIN CHOI - PR044695**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS MATRIZ**  
**AGRAVADO** : **HDI SEGUROS S.A**  
**ADVOGADOS** : **IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E OUTRO(S)**  
- **PR025814**  
**FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por IRAI APARECIDO DE AZEVEDO E VALDIRENE APARECIDA DIAS, contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 1170-1172):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS EMERGENTES, LUCROS CESSANTES, DANOS MORAIS E DANOS ESTÉTICOS. AVANÇO DE PREFERENCIAL. CULPA EXCLUSIVA DO RÉU. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

APELAÇÃO (1) DOS AUTORES. LUCROS CESSANTES DEVIDOS ENTRE A DATA DO ACIDENTE E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ADSTRIÇÃO AO PEDIDO RECURSAL. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PIOR ARBITRAMENTO. ART. 509, INCISO I E ART. 510 DO CPC/15. DANOS ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE PROVA DO COMPROMETIMENTO DA IMAGEM DO OFENDIDO. DANOS EMERGENTES. DESPESAS REALIZADAS POR TERCEIROS ALHEIOS AO PROCESSO. RESTITUIÇÃO INDEVIDA. RECURSO (1) A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

APELAÇÃO (2) DO RÉU. MÉRITO. CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR QUE AVANÇA A PREFERENCIAL EM CRUZAMENTO SINALIZADO.

ABALROAMENTO TRANSVERSAL COM MOTOCICLETA QUE CONDUZIA NA VIA PREFERENCIAL. DESATENÇÃO AO DEVER DE CUIDADO. ART. 44 DO CTB. EXCESSO DE VELOCIDADE NÃO COMPROVADO. CULPA EXCLUSIVA DAS VÍTIMAS AFASTADA. DANOS EMERGENTES. DESPESAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS COMPROVADAS E QUE GUARDAM RELAÇÃO COM O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DANOS MORAIS. VÍTIMAS QUE SOFRERAM LESÕES CORPORAIS.

NECESSIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR, SUBMISSÃO A CIRURGIAS E AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS.

TRANSTORNOS QUE EXTRAPOLAM A NOÇÃO DE MEROS DISSABORES COTIDIANOS.

REPARAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIO BIFÁSICO. VALOR ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DOS AUTOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. 1 RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. SÚMULA 54 DO STJ. RECURSO (2) A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

APELAÇÃO (3) DA LITISDENUNCIADA.

EMBRIAGUEZ DO RÉU EVIDENCIADA PELO CONJUNTO PROBATÓRIO. ART. 277 DO CTB E ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 206/2006 DO CONTRAN. CAUSA DETERMINANTE PARA A OCORRÊNCIA DO SINISTRO. AGRAVAMENTO DO RISCO. ART. 768 DO CC/02. VEÍCULO QUE INVADIU A PREFERENCIAL. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. NEGATIVA DE COBERTURA NÃO ABUSIVA. SENTENÇA REFORMADA. REDISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS. RECURSO (3) A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração pela parte recorrente (fls. 1210-1218), foram rejeitados (fls. 1224-1235).

Nas razões do recurso especial (fls. 1259-1267), a parte recorrente sustenta que não há prova no v. acórdão concreta que o causador do acidente estava embriagado no momento do acidente ou prova que indique que foi a embriaguez que causou o acidente em questão.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1290-1296 e 1309-1318.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irresignação não prospera.

Como é cediço, é imprescindível que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional sejam particularizados de forma inequívoca os normativos federais supostamente contrariados pelo Tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada.

O não atendimento quanto à indicação do dispositivo legal contrariado, ou que se lhe tenha sido negado vigência, devidamente acompanhado da argumentação jurídica pertinente, pelo recorrente, a fim de demonstrar o acerto de sua tese, configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Isso porque a controvérsia a ser tratada no recurso especial, sob a baliza da alínea "a" do art. 105, inc. III, da CFRB, respeita solver discussão quanto à contrariedade ou negativa de vigência perpetrada pelo tribunal *a quo* à legislação ou tratado federal em sua aplicação ao caso concreto.

O mero inconformismo não oferece os subsídios constitucionalmente exigidos para o julgamento do recurso especial, pois a falta de demonstração de possível violação de normativo infraconstitucional (argumentação deficiente) esvazia o sentido da controvérsia a ser dirimida nos termos impostos pelo art. 105, III, "a", da Constituição Federal (conferindo incompreensibilidade à questão), o que torna apropriada a aplicação, dada sua inteligência, da Súmula 284/STF. Nesse sentido, a jurisprudência deste Tribunal, na parte que interessa:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF.

[...] 1. Alegação genérica, sem a indicação incisiva do dispositivo, supostamente, ofendido, além de não atender à técnica própria de interposição do recurso especial, configura deficiência de fundamentação. Inteligência da Súmula 284/STF.

[...] 3. A interposição, nesta Corte, de agravo regimental manifestamente infundado torna forçosa a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º, do Código de Processo Civil.

4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa. (AgRg no Ag 1.363.434/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe 1/7/2011).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. [...] 1. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não há ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

2. Alegação genérica de ofensa a lei federal é insuficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo considerado violado, conforme disposto na Súmula n. 284 do STF. [...] (AgRg no Ag 1.041.751/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 6/4/2010, DJe 19/4/2010).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. VEÍCULO. REGULARIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN. DEMORA SUPERIOR A QUATRO ANOS. CULPA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. QUANTUM. RAZOABILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. A alegação genérica de violação à legislação federal, sem indicação, clara e precisa, da forma como os dispositivos legais foram, a seu sentir, violados pelo acórdão recorrido, o que, como é cediço, não dá ensejo ao conhecimento do recurso pela alínea "a" do permissivo constitucional, ante a flagrante deficiência recursal (súmula 284/STF). [...]

(AgRg no Ag 1.147.743/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 1/9/2011, DJe 13/09/2011)

No presente caso, verifica-se que, embora a parte recorrente tenha arguido no apelo especial tese quanto a ausência de provas de que o causador do acidente estava embriagado no momento do acidente ou prova que indique que foi a embriaguez que causou o acidente em questão, não indicou, de forma clara a precisa os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão recorrido como seria de rigor, o que atrai a aplicação da Súmula 284/STF.

3. De todo modo, ainda que fosse possível superar o óbice verificado, a pretensão recursal não merece acolhida. Isso porque, ao apreciar a demanda, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, o Tribunal local assentou que a embriaguez do segurado foi causa determinante à ocorrência do sinistro, confira (fls. 1196-1202):

57. Consta do boletim de ocorrência que o réu "estava em visível estado de embriaguez alcóolica, com odor etílico e cambaleando, mas recusou-se a fazer o teste do bafômetro, foi então encaminhado à delegacia para providências, foi lavrado termo de constatação de embriaguez e a notificação no art. 165 do CTB" (fl. 100).

58.: Como se nota, logo após o sinistro, e com a chegada dos policiais o réu se recusou a realizar o teste de bafômetro.

Diante da recusa, a autoridade policial constatou a embriaguez com base na aparência do condutor, o qual apresentava hálito etílico e andar cambaleante.

59. Com efeito, as cláusulas da apólice definem que não haverá cobertura securitária quando o condutor do veículo estiver sob influência de bebida alcóolica. Não exige o contrato qualquer consentimento para que haja exclusão da cobertura, conforme se observa a seguir (fls. 443/444):

"13. Perda de Direitos Além dos casos previstos em lei, a HDI Seguros ficará isenta de quaisquer obrigações decorrentes desta apólice se:

e) o veículo estiver sendo conduzido por pessoa que esteja sob a ação do álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional ou habitual, quando da ocorrência do sinistro, desde que a HDI Seguros comprove que o sinistro ocorreu devido ao estado de embriaguez do condutor. Estai hipótese de Perda de Direitos aplica-se em qualquer situação, abrangendo não só os atos praticados pelo Segurado, mas também os praticados por toda e qualquer pessoa que estiver dirigindo o veículo, com ou sem consentimento do Segurado, exceto quando houver ocorrência de roubo ou furto".

'60. Extraí-se, portanto, que o segurado tinha conhecimento prévio das condições de exclusão da cobertura, inclusive no caso de conduta em estado de embriaguez ou sob o uso outro entorpecente, de modo que inexistia qualquer violação; ao direito de informação.

61. Ademais, da dinâmica do acidente observa-se que quem invadiu a preferencial foi o veículo do réu, circunstância que, associada à embriaguez do condutor, afastam a cobertura do seguro, nos termos o art. 768 do Código Civil:

[...]

66.. Desse modo, é de se concluir que o réu contribuiu para o agravamento dos riscos cobertos pelo seguro, o que leva à exclusão da responsabilidade da seguradora ao pagamento das indenizações devidas aos autores, tendo em vista que o contrato de seguro possui cláusula

obstativa expressa, cuja legalidade de exigência decorre de ilicitude da conduta do condutor que dirigiu o veículo sob efeito de álcool, em desacordo com a legislação de trânsito.

Constata-se que o acórdão, para negar a cobertura securitária, se baseou na existência de elementos fático-probatórios que demonstram ter sido a embriaguez do condutor a causa determinante do sinistro. Assim, inviável a alteração da conclusão do Tribunal de origem quanto ao tema, pois, para tanto, seria necessário reexaminar fatos e provas, providência vedada a esta Corte, de acordo com a Súmula n. 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATO DE SEGURO. CONDUTOR DO VEÍCULO. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE. AGRAVAMENTO DO RISCO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO INTERNO.

1. É firme a jurisprudência de ambas as turmas da Segunda Seção de que a embriaguez, em sendo causa determinante do sinistro, agrava intencionalmente o risco contratado, não se restringindo aos casos em que o próprio segurado se encontra alcoolizado, devendo abranger, também, os condutores principais (familiares, empregados, prepostos etc) que estejam na direção do veículo, haja vista a violação do dever de vigilância e de escolha adequada a quem confia a prática do ato, seja por o dolo ou culpa grave do segurado.

2. É ônus da seguradora a prova da alcoolemia do condutor do veículo, que, uma vez demonstrada, ensejará a presunção relativa de que o risco da sinistralidade foi agravado (CC, art. 7568). Tal suposição será afastada, tornando devida a indenização securitária, caso o segurado demonstre que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez (v.g., culpa do outro motorista, falha do próprio automóvel, imperfeições na pista, animal na estrada).

3. Na hipótese, entender de forma diversa do acórdão recorrido para concluir que a agravada/Segurada estava junto com o terceiro quando do sinistro (e que não teriam qualquer vínculo); que o condutor do veículo não estava embriagado no momento do acidente; que essa condição não teria sido determinante para o agravamento do risco; e que o infortúnio iria ocorrer independentemente do referido estado de alcoolemia, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1631270/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE. AGRAVAMENTO DO RISCO. REEXAME DE CLÁUSULAS DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.

**SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos, para concluir que o condutor do veículo estava embriagado no momento do sinistro, e que essa condição foi determinante para o agravamento do risco e a ocorrência do acidente de trânsito. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.

3. Conforme entendimento do STJ, se a embriaguez do segurado for causa determinante do sinistro, ele deixa de fazer jus à indenização securitária, ante o agravamento do risco contratado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1231531/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CAUSA DETERMINANTE DO SINISTRO. AGRAVAMENTO DIRETO DO RISCO OBJETO DO CONTRATO. INVERSÃO DO JULGADO. VEDAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.**

1. Consoante o art. 768 do Código Civil, "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". Logo, somente uma conduta imputada diretamente ao próprio segurado e que, por culpa ou dolo, agrave o risco contratado dá azo à perda da indenização securitária.

2. Com relação especificamente ao seguro de automóvel e à embriaguez ao volante, não basta a constatação de que o condutor ingeriu bebida alcóolica para afastar o direito à garantia. Deve ser demonstrado que o agravamento do risco objeto do contrato se deu porque o segurado estava em estado de ebriedade, e essa condição foi causa determinante para a ocorrência do sinistro, ou porque permitiu que o veículo segurado fosse conduzido por pessoa embriagada. Nessa última hipótese, todavia, a responsabilidade do segurado esgota-se com a entrega das chaves ao terceiro.

3. Se o tribunal local, com base nos fatos e nas provas da causa, concluiu pela existência de nexo de causalidade entre a embriaguez do segurado e o acidente de trânsito, chegar a conclusão diversa encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 411.567/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 10/11/2014)

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. OCORRÊNCIA. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. PRECEDENTES.**

1. "A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro" (AgRg no AREsp

57.290/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 9/12/2011).

2. Tendo as instâncias ordinárias, à luz das provas bem como de interpretação contratual, reconhecido que a causa determinante do acidente foi o estado de embriaguez do segurado, a pretensão recursal, em sentido contrário, esbarra necessariamente nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 119.122/ES, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/9/2013, DJe 10/9/2013.)

4. Além disso, o entendimento do Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do STJ, segundo a qual a embriaguez exclui o direito à indenização securitária quando comprovado que o estado alcoólico efetivamente agravou o risco segurado, sendo causa determinante do acidente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO GRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83/STJ.

1. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 535, do Código de Processo Civil/73, quando o acórdão recorrido, ainda que não examine cada argumento suscitado, adota fundamentação contrária ao interesse do recorrente, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro.

3. O Tribunal de origem, analisando o conjunto probatório, concluiu haver prova de que o segurado estava efetivamente embriagado e que a sua embriaguez fora causa determinante para a ocorrência do acidente automobilístico que o levou a óbito.

4. Entendimento em consonância com a jurisprudência desta corte. Súmula 83/STJ.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 800.902/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 21/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO PREPARO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 7/STJ. LIMITAÇÃO DE COBERTURA. RESTRIÇÃO DE DIREITOS. CLÁUSULA EFICAZ.

1. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil/73, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Na espécie, o Tribunal a quo afastou a alegação de deserção do recurso de apelação interposto pela parte ora recorrida. Nesse contexto, alterar tal conclusão, significa adentrar no contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice do Enunciado n.º 7/STJ.

3. A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro.

4. Tendo as instâncias ordinárias, reconhecido que a causa determinante do acidente foi o estado de embriaguez do segurado, a pretensão recursal, em sentido contrário, esbarra necessariamente nos óbices do Enunciado n.º 7/STJ.

5. A jurisprudência deste Tribunal Superior entende que, nos contratos de adesão, consoante o art. 54, § 4º, do CDC, a cláusula restritiva a direito do consumidor, para ser exigível, deverá ser redigida com destaque, a fim de permitir sua imediata e fácil compreensão.

6. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp n. 1.451.386/SC, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/3/2017, DJe 28/3/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO DA GARANTIA BÁSICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Em casos de acidente de trânsito, a embriaguez do segurado, por si só, não pode ser considerada causa de agravamento de risco, a exonerar, em qualquer hipótese, a seguradora. A seguradora somente fica exonerada de pagar a indenização quando demonstrado que o agravamento do risco pela embriaguez influenciou efetivamente para a ocorrência do sinistro.

4. Alterar a conclusão do Tribunal de origem, para afirmar que a embriaguez da parte recorrente não determinou a ocorrência do acidente, demanda o reexame de fatos e provas, atividade não realizável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgRg no AREsp n. 777.415/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 13/5/2016.)

Portanto, o acórdão combatido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte, o que atrai a aplicação da Súmula 83 do STJ.



5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

